

Conflitos ambientais no entorno da estação ecológica raso da Catarina**Environmental conflicts around the Catarina raso ecological station**

DOI: 10.34188/bjaerv3n3-036

Recebimento dos originais: 20/05/2020

Aceitação para publicação: 20/06/2020

Uldérico Rios Oliveira

Mestre em Engenharia Ambiental Urbana pela Universidade Federal da Bahia – UFBA
Instituição: Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências Humanas –
DCH, Campus IX, Colegiado de Engenharia Agrônômica.

Endereço: BR-242, KM 04, s/n - Flamengo, Barreiras - BA, Brasil.

E-mail: eng.ulderico@gmail.com

Patrícia Lustosa Brito

Doutora em Engenharia de Transportes pela Universidade de São Paulo – USP
Instituição: Universidade Federal da Bahia - UFBA, Escola Politécnica da UFBA, Departamento de
Engenharia de Transportes e Geodésia da UFBA.

Endereço: R. Aristides Novis, 02 - 60 andar - Federação, Salvador - BA, Brasil.

E-mail: britopatricia@hotmail.com

Ricardo Lustosa Brito

Doutor em Ciência Animal nos Trópicos pela Universidade Federal da Bahia – UFBA

Instituição: UFBA, Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia da UFBA.

Endereço: Av. Adhemar de Barros, 500 – Ondina, Salvador – BA, Brasil.

E-mail: lustosaricardo@gmail.com

Pedro Cerqueira Lima

Doutor em Ciência Animal nos Trópicos pela Universidade Federal da Bahia – UFBA

Instituição: UFBA, Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia da UFBA.

Endereço: Av. Adhemar de Barros, 500 – Ondina, Salvador – BA, Brasil.

E-mail: pedroclima@gmail.com

RESUMO

Este artigo busca identificar e caracterizar os conflitos ambientais presentes no entorno da Estação Ecológica - Esec Raso da Catarina - Esec Raso da Catarina, visando contribuir com a manutenção e conservação das áreas protegidas. O presente trabalho faz parte de um amplo estudo, a fim de contribuir com o equilíbrio da dinâmica ecológica que envolve a conservação da arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*), a palmeira licuri (*Syagrus coronata*) e o desenvolvimento sustentável das comunidades locais. A Esec Raso da Catarina é uma Unidade de Conservação Federal de proteção integral, localizada nos municípios de Jeremoabo, Paulo Afonso e Rodelas, no estado da Bahia, Brasil. A região é de extrema importância biológica, sua vegetação natural predominante é de Caatinga, onde existem várias espécies de ocorrência endêmicas e ameaçadas de extinção. Para identificar e caracterizar os conflitos presentes no entorno da Esec Raso da Catarina, foram realizadas indagações em 11 comunidades no entorno da Esec Raso da Catarina. A pesquisa foi realizada através da metodologia participativa, em uma abordagem qualitativa e quantitativa. Para compor as entrevistas individuais e em grupo focais, foram utilizados dois roteiros de entrevistas, sendo: o primeiro roteiro, para conhecer melhor como as pessoas individualmente conhecem o ambiente que

vivem, com 23 perguntas; e o segundo roteiro, com cinco indagações, utilizando a técnica do grupo focal para aprofundar e discutir algumas questões que se mostraram necessárias. Os resultados das entrevistas foram transcritos e analisados qualitativamente e quantitativamente, visando entender os principais conflitos que acontecem no entorno da Esec Raso da Catarina, envolvendo a dinâmica da conservação da palmeira licuri e da arara-azul-de-lear. Portanto, os conflitos ambientais presentes residem na luta pela preservação e conservação da palmeira licuri e da arara-azul-de-lear, visto que da forma em que se encontram estas áreas no entorno da Esec Raso da Catarina vêm sofrendo atividades conflitantes.

Palavras-chave: Semiárido, Caatinga, Aarara-azul-de-lear, Licuri, Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

This article seeks to identify and characterize the environmental conflicts present around the Ecological Station - Catarina Raso Esec, aiming to contribute to the maintenance and conservation of protected areas. The present work is part of a broad study, in order to contribute to the balance of the ecological dynamics that involves the conservation of the lear's macaw (*Anodorhynchus leari*), the licuri palm (*Syagrus coronata*) and the sustainable development of communities locations. Esec Catarina Raso is a fully protected Federal Conservation Unit, located in the municipalities of Jeremoabo, Paulo Afonso and Rodelas, in the state of Bahia, Brazil. The region is of extreme biological importance, its predominant natural vegetation is from Caatinga, where there are several species of endemic occurrence and threatened with extinction. In order to identify and characterize the conflicts present around the Esec Catarina Raso, inquiries were made in 11 communities around the Esec Catarina Raso. The research was carried out through the participatory methodology, in a qualitative and quantitative approach. To compose the individual and focus group interviews, two interview scripts were used, namely: the first script, to better understand how people individually know the environment they live in, with 23 questions; and the second script, with five questions, using the focus group technique to deepen and discuss some issues that were shown to be necessary. The results of the interviews were transcribed and analyzed qualitatively and quantitatively, in order to understand the main conflicts that occur around the Esec Catarina Raso, involving the conservation dynamics of the licuri palm and the lear's macaw. Therefore, the present environmental conflicts reside in the struggle for the preservation and conservation of the licuri palm and the lear's macaw, since the way in which these areas around Esec Catarina Raso are located have been suffering conflicting activities.

Keywords: Semi-arid, Caatinga, Lear's macaw, Licuri, Sustainable development.

1 INTRODUÇÃO

Os conflitos ambientais expressam a injustiça ambiental envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território. Originam-se quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis, envolvendo questões ecológicas, como o meio biofísico, transmitidas pelo solo, água, ar, o uso dos territórios e seus recursos naturais (ACSELRAD, 2004; HERCULANO, 2006).

Os conflitos ambientais são presenças constantes no ato de gerir e manejar os recursos naturais. No Brasil estes conflitos surgem em todos os aspectos da gestão ambiental, principalmente

na gestão de unidades de conservação - UCs. As áreas protegidas são espaços que objetivam proteger e manter a diversidade biológica, os recursos naturais e culturais, através de instrumentos legais ou outros meios institucionais específicos (SOUZA, 2014).

As 320 UCs Federais geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO são áreas de rica biodiversidade e beleza cênica. Essas unidades estão divididas em dois grandes grupos, o de Unidade de Proteção Integral - UPI e o de Unidade de Uso Sustentável - UUS, e ao todo em 12 categorias no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (BRASIL, 2000; ICMBIO, 2020). Para isso, o SNUC é gerido pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), de acordo com o disposto na Lei nº 9.985 (BRASIL, 2000).

Dentre os grupos de UPI e na categoria do SNUC, a Estação Ecológica – Esec, área que tem como objetivos a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. Só é permitido o uso indireto dos recursos naturais, ou seja, apenas a utilização que não envolva consumo, coleta, dano ou destruição destes recursos. É proibida a visitação pública, exceto se com objetivo educacional, conforme definir o Plano de Manejo ou regulamento específico desta categoria de UC (BRASIL, 2000; ICMBIO, 2020).

As UCs e as Esec vêm sofrendo com conflitos intensos entre as populações locais e conseqüentemente na sua dinâmica ecológica, envolvendo elementos naturais dentro e em seu entorno. Por conseguinte, estabelecendo tensões e conflitos pelo uso dos seus espaços no seu entorno, associados à sua existência representam temas atuais, cuja reflexão teórica ainda não se encontra consumada (MARTINS, 2012).

O Plano de Ação Nacional para a Conservação da arara-azul-de-lear e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, expõem a importância de estudos voltados para os conflitos na Esec Raso da Catarina. Estes relataram a importância de levantamento sobre o estado de conservação na região da Esec Raso da Catarina e a preocupação com o desmatamento, particularmente da palmeira do licuri (INEMA, 2001; LUGARINI et al., 2012).

Na Esec Raso da Catarina, que tem como seu principal objetivo de proteger o ecossistema da fauna e da flora desse local. A região é considerada de “extrema importância biológica e prioritária para conservação”, sua vegetação natural predominante é de Caatinga com vegetação predominantemente arbustiva densa (SÁ et al., 2003).

Na região existem várias espécies de ocorrência endêmica e espécie ameaçadas de extinção, como a arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*) (MMA, 2003), em termos de espécie com potencialidade frutífera, entre outras plantas, destaca-se o licuri (*Syagrus coronata*) que por ser uma

palmeira totalmente aproveitável, mas que vem sendo amplamente explorada e desmatada na região (INEMA, 2001; MMA, 2003; SÁ et al., 2003).

A palmeira licuri, nativa do bioma Caatinga, contribui para o aumento da diversidade biológica da Caatinga (OLIVEIRA et al., 2015), possui grande potencial alimentar, ornamental e forrageiro. É importante para a subsistência do sertanejo, sendo muito utilizado na alimentação do gado, servindo de alimento para aves e animais silvestres (DRUMOND, 2007), além de seu fruto ser o principal suprimento alimentar da arara-azul-de-lear (MMA, 2003; LUGARINI et al., 2012). A partir desses enfoques, o presente estudo objetiva-se identificar e caracterizar os conflitos presentes no entorno da Esec Raso da Catarina, envolvendo a dinâmica na conservação do licuri e a arara-azul-de-lear.

2 METODOLOGIA

A área de estudo abrange os municípios de Jeremoabo, Paulo Afonso e Rodelas, no estado da Bahia, Brasil, região no entorno da Esec Raso da Catarina (retângulo envolvente), conforme Figura 1.

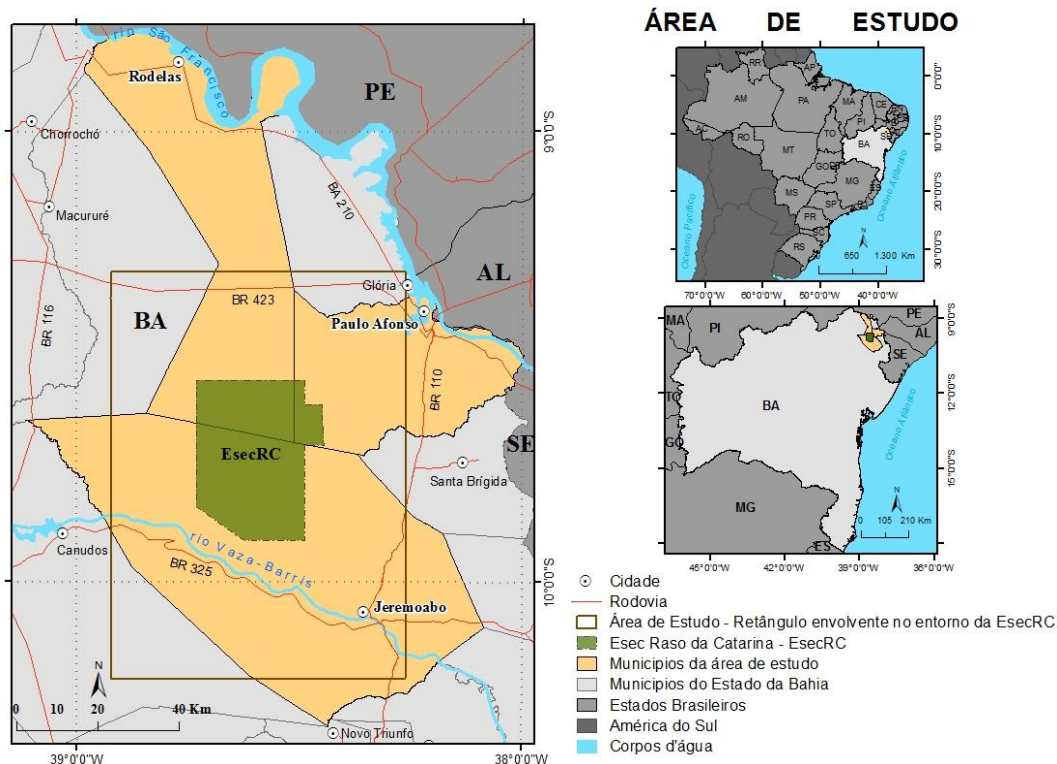


Figura 1 - Localização da área de estudo (retângulo envolvente), entorno da região da Esec Raso da Catarina, Jeremoabo, Paulo Afonso e Rodelas, Bahia, Brasil.

O retângulo envolvente é a área utilizada para as análises do estudo. A área de interesse foi delimitada a partir do buffer da Esec que envolve toda a Zona de Amortecimento da Esec, as

comunidades (assentamentos, povoados e cidade), as comunidades indígenas, áreas de alimentação da arara-azul-delear, área de nidificação da arara-azul-de-lear e áreas de cultivos de milho, no entorno da Esec Raso da Catarina.

Para identificar e caracterizar os conflitos presentes no entorno da Esec Raso da Catarina, foi inicialmente realizada caracterização da área de estudo por meio de dados secundários do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO (ICMBIO, 2010), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (PAES; DIAS, 2008; LUGARINI et al., 2012), Ministério do Meio Ambiente – MMA (MMA, 2010), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2020) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (INCRA, 2020), além de dados coletados *in loco*.

Para o registro das áreas das comunidades no entorno da Esec Raso da Catarina, cultivos de milho, áreas de alimentação/forrageamento e nidificação, foi utilizado GPS tipo navegação – GARMIM/ETREX H e posteriormente, suas coordenadas geográficas foram transferidas para aplicativo SIG, base cartográfica contendo: áreas de ocorrência, dormitório e reprodução da arara-azul-de-lear, (LUGARINI et al., 2012); limites de reservas, hidrografia, rodovias, assentamentos e divisão territorial (IBGE, 2020; INCRA, 2020; MMA, 2020).

Foram realizadas entrevistas em 11 comunidades (Água Branca, Bananeira, Brancos, Brejinho de Baixo, Brejo do Burgo, Brejo Grande, Canché, Chuque, Ingazeiro, Jeremoabo e Lagoa do Mato) no entorno da Esec Raso da Catarina.

Esta pesquisa foi pautada em metodologia participativa, em uma abordagem qualitativa, para coleta e análise dos dados, pautada na vivência e saberes da população local (HOFSTATTER, 2013).

Os públicos alvos dos entrevistados envolvidos foram compostos por moradores das comunidades (presidente de associação, líderes comunitários, índios, estudantes, comerciantes, agricultores, ex-caçadores e guias turísticos).

Para compor as entrevistas individuais e em grupo focais, foram utilizados dois roteiros de entrevistas, sendo:

O Roteiro 1, para conhecer melhor como as pessoas individualmente percebem o ambiente que vivem, sendo livre a escolha de responder ou não. O roteiro 1, contém 23 perguntas sendo dividido em três partes, entre as quais: 1ª Parte - nove perguntas sobre aspectos relacionados a percepção ambiental, ao ambiente e modo de vida dos moradores; 2ª Parte - seis perguntas sobre a arara-azul-de-lear; 3ª Parte - oito perguntas sobre a palmeira licuri.

O Roteiro 2, contém cinco indagações, utilizando a técnica do grupo focal para aprofundamento e discutir algumas questões que se mostram necessárias. Foram realizadas

indagações nas comunidades (Água Branca – Associação de Artesão da Arara-azul-de-lear e Brejo do Burgo – Índios Pankararé) no entorno da Esec Raso da Catarina e em especial para conhecer a relação dos moradores com a arara-azul-de-lear e a palmeira licuri.

Os resultados das entrevistas foram transcritos, analisados qualitativamente, quantitativamente e apresentados em um diagrama, visando sintetizar e entender os principais conflitos que acontecem no entorno da Esec Raso da Catarina, envolvendo a dinâmica da conservação da palmeira licuri e da arara-azul-delear.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 IDENTIFICAÇÃO DOS CONFLITOS

3.1.1 Caracterização da área de estudo

A Esec Raso da Catarina é uma Unidade de Conservação Federal de proteção integral, criada pelo Decreto nº 89.268/84, como Reserva Ecológica Raso da Catarina, sendo recategorizada para Esec Raso da Catarina pela Portaria nº 373/2001. Está localizada, nos municípios de Jeremoabo, Paulo Afonso e Rodelas (Figura 2). Tem extensão de 8.720 Km² (OLIVEIRA; CHAVES, 2010), sendo a segunda maior unidade de conservação de proteção integral no estado da Bahia (LUGARINI *et al.*, 2012).

A Esec Raso da Catarina está inserida em um setor do semiárido brasileiro, com déficit hídrico muito acentuado e precipitações médias anuais de 600 mm período chuvoso pode ocorrer de dezembro a fevereiro (LUGARINI *et al.*, 2012). Deficiência hídrica bastante elevada e os baixos índices de precipitações pluviométricas condicionam um clima semiárido quente, bastante seco e quente, o que acarreta uma extrema rusticidade de suas caatingas, Caatinga com vegetação predominantemente arbustiva densa (SEI, 1999; SÁ *et al.*, 2003; AB'SABER, 2006; PAES; DIAS, 2008).

Inserida em duas bacias hidrográficas: as partes, central e norte encontram-se inseridas na bacia do baixo-médio São Francisco e a porção sul, na bacia do rio Vaza-Barris (Figura 2).

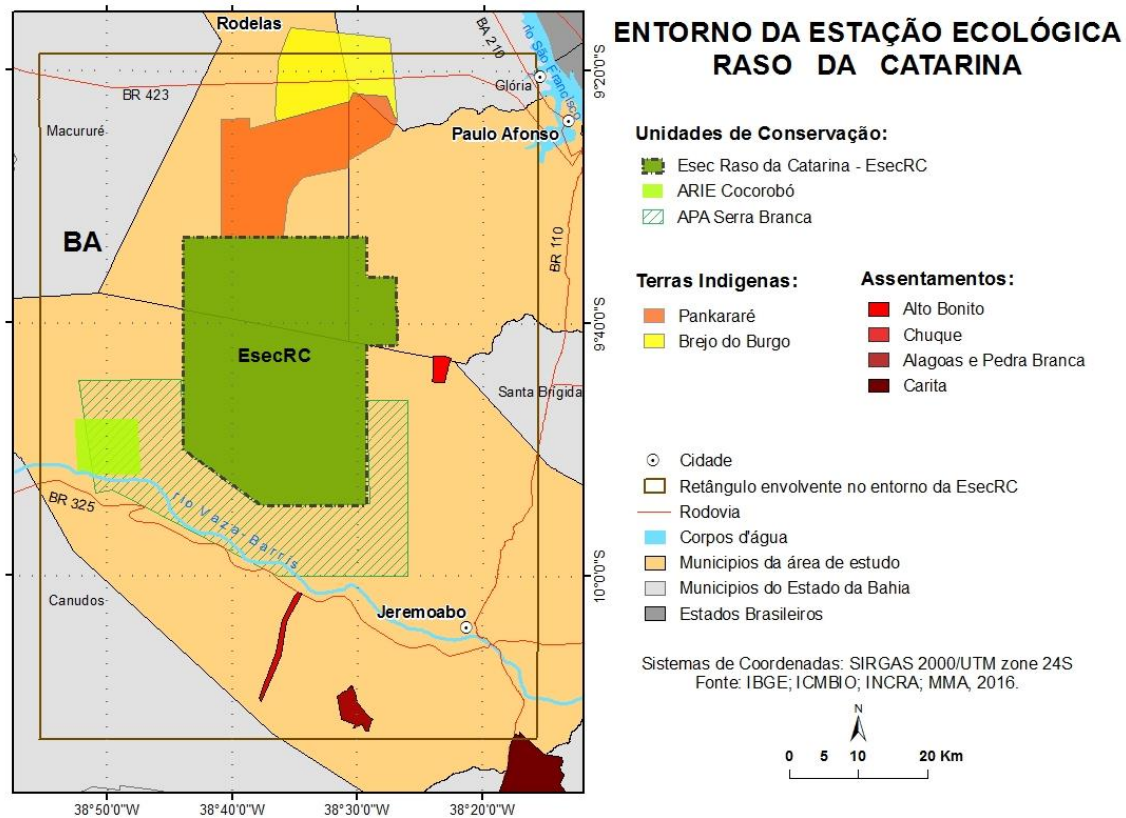


Figura 2 – Localização e caracterização no entorno da Esec Raso da Catarina.

O rio São Francisco faz limite nordeste da área, sendo compreendida pelos lagos das Usinas Hidrelétricas de Itaparica mais a norte, e do Complexo de Paulo Afonso a jusante da área. A rede de drenagem tributária é composta essencialmente por cursos intermitentes e por vezes efêmeras.

Na área encontram-se as seguintes Unidades de Conservação: i) uma Área de Proteção Ambiental Estadual (APA Serra Branca/Raso da Catarina); ii) uma Estação Ecológica (Esec Raso da Catarina) e iii) uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE Cocorobó), sendo essas duas últimas administradas pelo IBAMA. Na área possui quatro Terras Indígenas (Pankararé, Brejo dos Burgos, Quixaba e Kantaruré), (OLIVEIRA; CHAVES, 2010). Além, da presença de quatro assentamentos no município de Jeremoabo (Alagoas e Petra Branca, Alto Bonito, Carita e Chuque).

Na Figura 3 pode ser observado o uso e ocupação do espaço geográfico no entorno da Esec Raso da Catarina, apresentando seus elementos conflitantes.

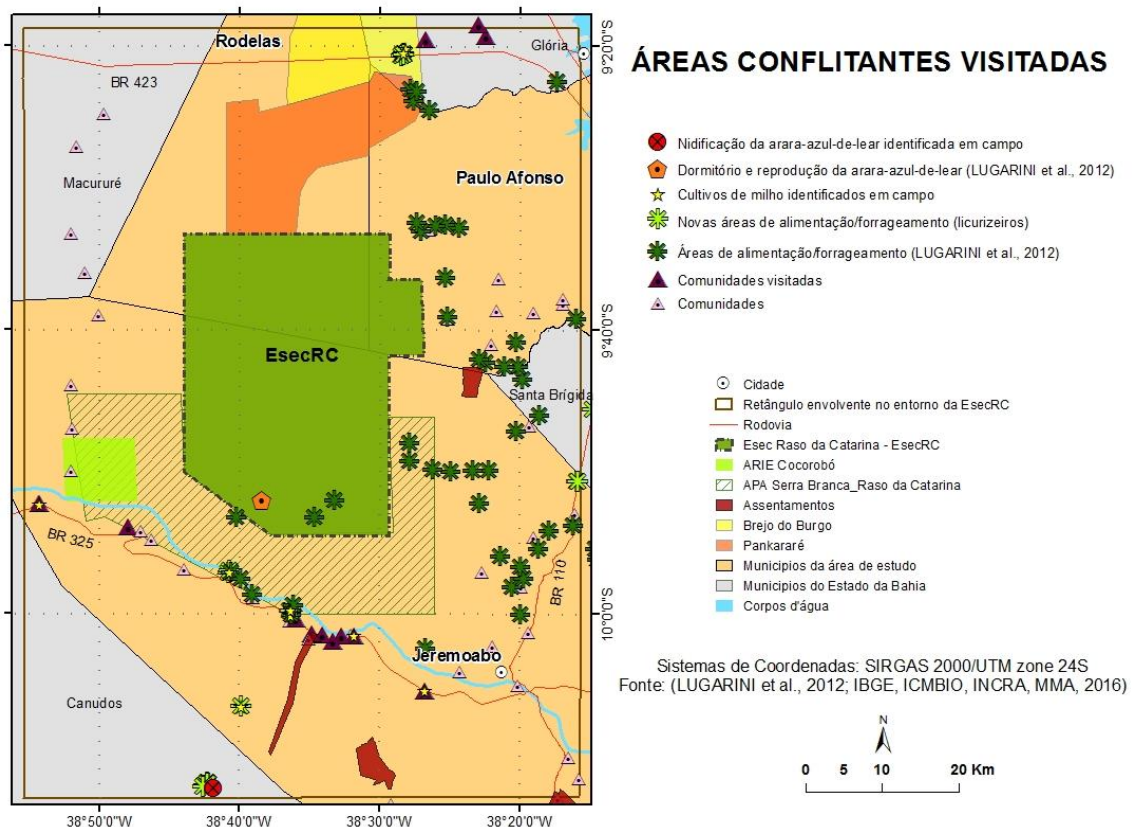


Figura 3 - Áreas conflitantes visitadas e identificadas no entorno da Esec Raso da Catarina.

Conforme observa na Figura 3, mapeada, foram realizadas visitas em 11 comunidades, sendo destas, oito povoados (Água Branca, Bananeira, Brancos, Brejinho de Baixo, Brejo Grande, Canché, Ingazeiro e Lagoa do Mato), uma cidade (Jeremoabo) um assentamento (Chuque) e uma comunidade indígena (Brejo do Burgo, índios Pankararés) no entorno da Esec Raso da Catarina, registros em 28 visitas em áreas de alimentação (áreas de licurizeiros) e 13 em áreas de cultivos de milho. Destas áreas de cultivos de milhos, observa-se que todas as áreas de alimentação (licurizeiros) estão próximas às comunidades.

Destaca-se ainda na área mapeada (Figura 3) um dos primeiro registro do retorno da arara-azul-de-lear e novas áreas de alimentação/forrageamento e uma área de nidificação reestabelecida, em que há anos não era ocupada pela a arara-azul-de-lear, evidenciando a expansão das suas colônias no território na direção sul da Esec Raso da Catarina.

3.1.2 Conflitos identificados no campo

A partir da caracterização da área de estudo e, sobretudo, através das entrevistas realizadas, foi possível observar, identificar, caracterizar e traçar os conflitos no entorno da Esec Raso da Catarina, apresentado na forma de diagrama, Figura 4, no qual é possível mostrar e compreender os

conflitos ambientais e a importância ecológica envolvendo a dinâmica ecológica na conservação da palmeira licuri e a arara-azul-de-lear, na região da Esec Raso da Catarina.

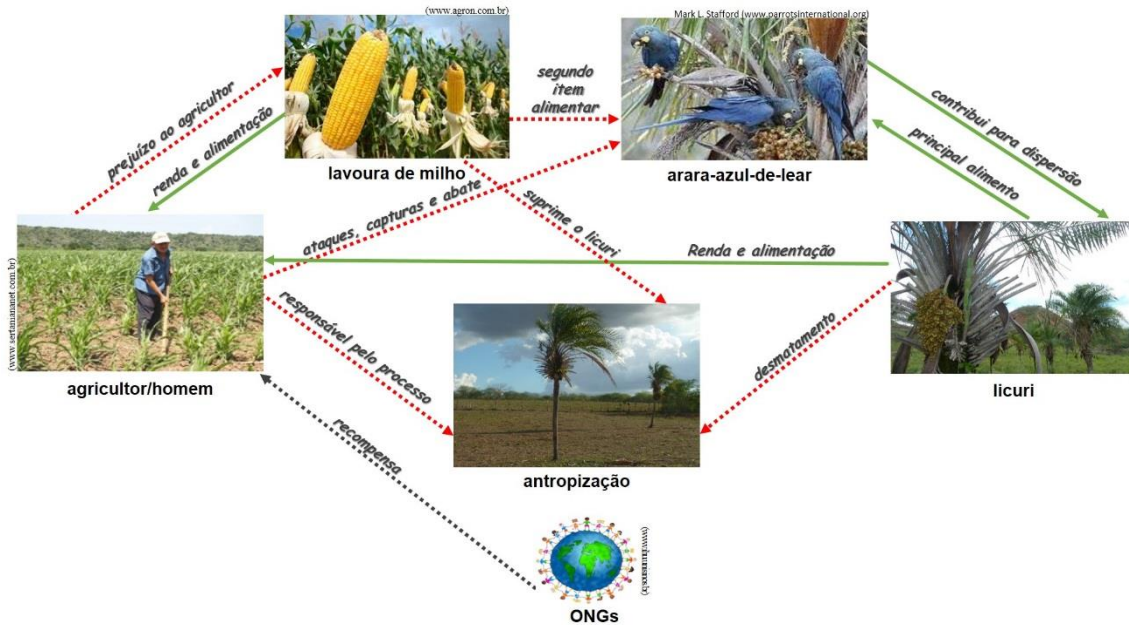


Figura 4. Diagrama dos conflitos ambientais (em linhas vermelha pontilhadas) envolvendo a dinâmica ecológica na conservação do licuri (*Syagrus coronata*) e a arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*), no entorno da Estação Ecológica Raso da Catarina.

No diagrama (Figura 4) é possível observar, identificar, caracterizar e descrever os conflitos presentes no entorno da Esec Raso da Catarina:

- O fruto licuri, é o principal item alimentar da arara-azul-de-lear, também descritos por Sicket al. (1987), Sicket (1997), Silva-Neto et al. (2012) e Lugarini et al. (2012);
- A arara-azul-de-lear contribui para o aumento e ocorrência do licuri;
- A palmeira licuri é fonte de renda e alimento para a população local, na produção de artesanatos e culinária local;
- Quando o licuri é escasso a arara-azul-de-lear se alimenta do milho, relatados também durante observações realizadas por Silva-Neto et al. (2012) e Lugarini et al. (2012), alimentando-se de milho;
- Sendo o milho umas das principais fontes de renda e alimentar dos agricultores nessa região;
- Quando a arara-azul-de-lear ataca a lavoura de milho que causa enormes prejuízos aos agricultores;
- Em alguns casos quando prejudicados, alguns agricultores atacam as araras;
- O homem é também responsável pelo processo de antropização desordenada, através do mau uso do solo, utilizando as áreas de alimentação das araras para áreas agrícolas, pastagens e crescimento desordenado das comunidades;

- As áreas da palmeira licuri dão lugar às áreas de cultivo e lavouras de milhos, além das áreas de cultivo de milho sempre ocuparem áreas próximas das de alimentação/fORAGEAMENTO;
- O desmatamento e queimadas são fatores preocupantes e causadores da diminuição das áreas de licurizeiro;
- Para evitar esses conflitos entre os agricultores e as araras, ONGs, CEMAVE, ICMBIO e IBAMA se unem contribuindo para minimizarem os prejuízos dos agricultores, através de ações de sensibilização, educação ambiental, treinamento e plantios de mudas de licuri, além das realizações de compensações nas áreas de cultivo de milho sofridas pelos ataques da arara-azul-de-lear.

Os conflitos ambientais presentes residem na luta pela preservação e conservação da palmeira licuri e da arara-azul-de-lear, visto que da forma em que se encontram as áreas no entorno da Esec Raso da Catarina vêm sofrendo atividades conflitantes, tais como: a derrubada, cortes e queimadas de licurizeiros; a caça e tráfego de animais silvestres (INEMA 2001); pecuária extensiva de bovinos, ovinos e caprinos, acarretando o pisoteio e predação de plântulas da palmeira licuri, impedindo a regeneração natural da espécie (PAES; DIAS, 2008; BORGES, 2012; LUGARINI et al., 2012); e as áreas de cultivos de milhos que ficam próximas das áreas de alimentação, licurizeiros, acarretando a captura e abate eventual de araras pelos produtores de milhos, prejudicados pelos ataques aos cultivos; o crescimento urbano das comunidades, o uso e ocupação do solo inadequado no entorno da Esec Raso da Catarina

Atualmente, emblemática do que ocorre no bioma Caatinga e na área da Esec Raso da Catarina e em seu entorno, também destacado no estudo das estratégias de sobrevivência dos moradores no entorno da Esec Raso da Catarina, suas relações com os elementos naturais, mostrando as perturbações antrópicas dessa Unidade de Conservação (BORGES, 2012). Já para Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA, 2001) relata como os principais conflitos ambientais na Esec Raso da Catarina são: o desmatamento, particularmente da palmeira do licuri, caça e tráfico de animais silvestres.

Em estudo realizado por Cunha e Nunes (2008) que analisaram as relações entre políticas de proteção ambiental e a emergência de conflitos ambientais em assentamentos rurais e propriedades privadas no semiárido nordestino, na qual a análise dos conflitos ambientais em assentamentos rurais e nas Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPNs do semiárido revela a complexidade dos processos de territorialização e de mudança ambiental, confrontando projetos territoriais de proteção da natureza e de manejo dos recursos naturais, num contexto marcado pela forte demanda de mercado para os produtos extrativistas da caatinga (particularmente recursos madeireiros como lenha, carvão,

estacas, entre outros), pela marginalização de grupos sociais e pelas desigualdades de poder entre os diferentes atores envolvidos nestes conflitos.

Portanto, a disputa estabelecida nestes conflitos origina-se das divergências de interesses existentes entre os atores e grupos sociais envolvidos, na convivência e no cotidiano estabelecido no entorno da Esec Raso da Catarina, a partir das relações diferenciadas com o espaço e o uso que dele se faz.

4 CONCLUSÃO

O primeiro registro do retorno da arara-azul-de-lear a uma área de nidificação demonstra a necessidade de maiores estudos de percepção junto às comunidades e caracterização geográfica das áreas de interesse, fornecendo subsídios às ações que visem mitigar o conflito homem – meio ambiente.

A partir das entrevistas, foi possível identificar e caracterizar os conflitos no entorno da Esec Raso da Catarina, mostrar e entender a importância ecológica envolvendo a dinâmica na conservação da palmeira licuri e a arara-azul-de-lear.

Fica evidente que a principal ameaça para a espécie da arara-azul-de-lear é a redução das áreas de licurizeiros, pois estão inseridas em local aonde se verifica a presença humana em diversas comunidades do entorno na Esec Raso da Catarina, conseqüentemente o desmatamento, queimadas e cortes dos licurizeiro nessas áreas.

No entanto, não bastam somente as ações das ONGs e instituições gerirem os conflitos através de compensações, mas que sejam minimizados os conflitos sem precisar de intervenções financeiras. O que se faz necessário à proteção destas áreas, através de conscientização e educação ambiental das pessoas sobre a importância do ambiente onde habitam.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, a Universidade Federal da Bahia – UFBA, ao Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana da UFBA (Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil – PPEC/UFBA), e ao CEMAVE/ICMBIO, pelo apoio financeiro aos estudos e incentivos.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A.N. Raso da Catarina: Semi-árido com condições únicas de preservação da biodiversidade da Caatinga. **Revista Scientific American Brasil**. São Paulo, v.4, n.49. 2006.
- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: **Conflitos Ambientais no Brasil**, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- BORGES, J. R. P. Estratégias de sobrevivência de comunidades tradicionais e conflitos ambientais na Estação Ecológica Raso da Catarina (BA). In: **XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-Alas**, Teresina – PI, 2012.
- BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**: institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 22. maio. 2020.
- CUNHA, L.; NUNES, A. conflitos ambientais em assentamentos rurais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n. 18, p. 27-38. jul./dez. 2008.
- DRUMOND, M.A. **Licuri Syagrus coronata (Mart.) Becc.** Petrolina: Embrapa Semiárido, 2007.16p. Disponível em: <http://www.cpatsa.embrapa.br/public_eletronica/downloads/SDC199.pdf>. Acesso em: 15. fev. 2020.
- HERCULANO, S. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. In: **I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental**, Fortaleza, 2006.
- HOFSTATTER, L. J. V. **O imagético de uma comunidade caatingueira e os sentidos atribuídos à onça em um processo formativo de educação ambiental crítica**. 2013. 199f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020) **Mapas**. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/interativos/arquivos/downloads.html>>. Acesso em: 23. fev. 2020.
- ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2020) **Unidades de Conservação**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/categorias.html>>. Acesso em: 15. jun. 2020.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (2020) **Dawnload de Dados Geográficos**. Disponível em: <<http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/datadownload.htm>>. Acesso em: 15. jun. 2020.
- INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Decreto Nº 7.972 de 05 de Junho de 2001**. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/DecSerraBranca.pdf>>. Acesso em: 20. fev. 2019.
- LUGARINI, C.; BARBOSA, A.E.A.; OLIVEIRA, K.G. (Orgs.). **Plano de Ação Nacional para a Conservação da Arara-azul-de-Lear**. 2ª Ed. Série Espécies Ameaçadas. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Brasília, 2012. p. 144.
- MARTINS, A. Conflitos Ambientais em Unidades de Conservação: Dilemas da Gestão Territorial no Brasil. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Vol. XVII, nº 989, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-989.htm>>. Acesso em: 23. fev. 2016.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. 2003. **Lista da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente nº 03/2003**, Diário Oficial da União nº 101, Seção 1, p. 88-97, 2003.

MMA. (2020) **Download de Dados Geográficos**. Disponível em: <<http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm>>. Acesso em: 15. jan. 2020.

OLIVEIRA, J.H.M.; CHAVES, J.M. Mapeamento e Caracterização Geomorfológica: Ecorregião Raso da Catarina e Entorno NE da Bahia. **Mercator**, v. 9, n. 20, p. 217-238, 2010.

OLIVEIRA, U.R.; ESPÍRITO-SANTO, F.S.; ALVAREZ, I.A. Comunidade epifítica de *Syagrus coronata* (mart.) becc. (Arecaceae) em áreas de pastagens na Caatinga, Bahia. **Revista Caatinga**, v. 28, n. 2, p. 84-91, 2015.

PAES, M. L. N; DIAS, I. F. O. **Plano de Manejo da Estação Ecológica Raso da Catarina. Brasília: IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/Diretoria de Ecossistemas/Coordenação Geral de Unidades de Conservação**, 2008, 326p.

SÁ, I. B.; RICHE, G. R.; FOTIUS, G. A. Fatores abióticos: áreas e ações prioritárias para conservação da caatinga. In: SILVA, J. M. C. et al. (Org.). **Biodiversidade da caatinga: e ações prioritárias para conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2003. p. 37-44.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia. Balanço hídrico do Estado da Bahia. Salvador: SEI, **Serie Estudos e Pesquisas**, v. 45, 1999, 249p.

SICK, H.; L.P. GONZAGA; D.M. TEIXEIRA. A arara-azul-de-Lear, *Anodorhynchus leari* Bonaparte, 1856. **Revista Brasileira de Zoologia**. v. 3, n. 7, p. 441-463, 1987.

SICK, H. *Ornitologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, 862p.

SILVA-NETO, G.F.; SOUSA, A.E.B.A.; SANTOS-NETO, J.R. Novas informações sobre a dieta da arara-azul-de-lear, *Anodorhynchus leari* Bonaparte, 1856 (Aves, Psittacidae). **Ornithologia**. v. 5, n. 1, p. 1-5, 2012.

SOUZA, R. Conflitos Ambientais em Unidades de Conservação: Dilemas na Gestão da APA Nhamundá. In: **Congresso Brasileiro de Geógrafos VII**. Vitória. Anais: AGB. 2014.